

Exmo. Senhor Presidente

da Comissão Parlamentar de Ambiente,
Ordenamento do Território,
Descentralização, Poder Local e Habitação

Deputado Pedro Soares

S. Bento, 29 de maio de 2018

Assunto: Audição, com caráter de urgência, do Ministério do Ambiente relativamente à dispensa de estudo de impacte ambiental à prospeção de hidrocarbonetos ao largo de Aljezur

A Agência Portuguesa do Ambiente (APA) decidiu proceder à dispensa de estudo de impacte ambiental para a prospeção de hidrocarbonetos ao largo de Aljezur. Apesar de todos os indicadores que aconselham em sentido contrário, de toda a participação democrática de ativistas, cidadãos, autarcas e apesar de todos os alertas científicos e empíricos, esta foi a decisão tomada pela Agência do Estado que tutela o ambiente. A APA justifica a sua decisão por não ter identificado impactos negativos significativos na realização do furo de prospeção petrolífera, nomeadamente na ausência ao recurso de fracking e de testes de produção. A APA anunciou ainda a imposição de 50 medidas para as diferentes fases do projeto. No entanto, ignorou o potencial de risco que esta atividade envolve, o historial de desastres ecológicos que o comprova e também a consulta pública levada a cabo, instrumento democrático para aferição dos impactos à população através da auscultação de entidades diversas e cidadãos e cidadãs comuns

A posição do Bloco de Esquerda é conhecida. Consideramos que este processo já devia ter tido uma posição política, e reforçamos a necessidade de uma posição política,

contrária à exploração dos hidrocarbonetos. No entanto, a decisão da APA de prescindir de estudo de impacte ambiental levanta novas preocupações para este e outros processos que se possam levantar. Os riscos presentes aconselhavam a todos os cuidados por parte do Estado.

Pela parte do Governo, o Ministro do Ambiente justificou que a decisão da APA é técnica e não política, que cumpre a lei e que - entre as entidades de sete ministérios ouvidas no processo - nenhuma defendeu a necessidade de realizar o estudo de impacto ambiental.

A presente decisão da APA não protege o ambiente, as populações nem os interesses do Estado. Trata-se de uma decisão que apenas serve as petrolíferas e que volta a colocar em causa o papel que a APA tem tido na persecução dos objetivos que lhe estão atribuídos. Não é aliás caso único, também consideramos a ação da APA no caso da poluição no rio Tejo como gravosa, como se veio a comprovar à posteriori, mais uma vez. Importa assim a audição do Ministro do Ambiente para poder esclarecer a dispensa do estudo de impacte ambiental, assim como do próprio trabalho da agência pública que tutela.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais e constitucionais, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda requer a audição, com caráter de urgência, do Ministério do Ambiente relativamente à dispensa de estudo de impacte ambiental a prospeção de hidrocarbonetos ao largo de Aljezur.

O Deputado do Bloco de Esquerda,

Jorge Costa